



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2024

Proposta de Aditamento

TÍTULO I

Disposições gerais

Capítulo IX

Outras disposições

Artigo 121.º-A

Eliminação das portagens na A25

- 1- A partir de 1 de abril de 2024 não são devidas taxas de portagens aos utilizadores de todos os lanços e sublanços da autoestrada A25, que integra o objeto da concessão definida na alínea e) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 111/2011, de 28 de novembro.
- 2- Na defesa do interesse público o Governo procede à reversão para a gestão pública da infraestrutura rodoviária referida no número anterior, passando a mesma a ser assumida pela IP- Infraestruturas de Portugal, S.A., sendo definido por diploma legal o montante e as condições de pagamento de eventual contrapartida a que haja lugar pelo cumprimento do disposto na presente lei.

Assembleia da República, 13 de novembro de 2023

Os Deputados,

Duarte Alves, Bruno Dias, Paula Santos, Alma Rivera, Alfredo Maia, João Dias

Nota Justificativa: A introdução de taxas de portagens na autoestrada A25 (Beira Litoral/Beira Alta) entre Aveiro e Vilar Formoso, com ligação à fronteira, teve e tem

graves consequências para as populações e para o aparelho produtivo dos distritos da Guarda, Viseu e Aveiro.

A construção desta infraestrutura e a sua gratuitidade atraiu novas empresas, aproximou as populações do interior entre si e do Litoral e contribuiu para a coesão do território e o aproveitamento das potencialidades destes territórios. A introdução de portagens foi um passo atrás nestes propósitos. O PCP preveniu para estas consequências e desde o primeiro momento se opôs à cobrança de portagens nesta SCUT.

A luta contra as portagens nas ex-scut tem obrigado o governo a reduzir o seu valor para os utilizadores, mas estas mantêm-se penalizando as populações e o desenvolvimento. Uma redução que tem sido suportada através de recursos públicos mantendo os lucros das concessionárias. Para o PCP é preciso terminar com as portagens nas ex-scut e com os negócios de concessões rodoviárias aos grupos económicos.

Na atual situação que o país atravessa o PCP propõe o fim da cobrança de portagens na A25 como passo para garantir o direito à mobilidade das populações, o combate às desigualdades no território e o desenvolvimento do País.